



CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ

PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER Nº: 037/2021

PROCESSO Nº: 837/2021

AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

RELATOR: PAULO R. FERNANDES BRAGA

MATÉRIA: PROJETO DE LEI

DATA: 07.06.2021

PARECER: FAVORÁVEL

Ementa: “Dispõe sobre o Conselho Municipal de Acompanhamento e de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB de que trata a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e dá outras providências.”.

1. RELATÓRIO

A matéria em análise tramita nesta Casa Legislativa, sob a forma de projeto de Lei, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, e dispõe sobre o Conselho Municipal de Acompanhamento e de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB de que trata a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

Conforme consta na mensagem do projeto, A Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, definiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB como regra constitucional permanente, garantindo regras relativas a sua transparência, monitoramento, fiscalização e controle interno, externo e social.

Posteriormente, o FUNDEB passou a ser disciplinado pela Lei Federal nº 14.113, de 2020, que preconiza novos prazos e moldes, demandando a renovação de forma permanente dos conselhos de acompanhamento e controle social e que precisam ser implantadas pelos entes federativos.

Desta forma, a partir da supracitada legislação, conforme exigência contida no art. 34 da Lei nº 14.113, de 2020, ao Poder Executivo Municipal impõe-se a necessidade de promover a adequação da legislação local que atualmente disciplina o FUNDEB, para que atenda a nova regulamentação.

O Projeto de Lei em tela encontra-se nesta Comissão, em atendimento as normas regimentais que disciplinam a sua tramitação, estando sob a responsabilidade desta Relatoria, para que seja apresentado o Parecer referente aos aspectos legais, financeiros e orçamentários gerados com o mesmo.

2. PARECER

Em relação aos aspectos legais, o projeto de Lei está adequadamente proposto, conforme analisou a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

No que se refere aos aspectos financeiros e orçamentários, o projeto está em conformidade com a legislação municipal relativa ao tema, sendo que as despesas serão suportadas pelo orçamento da Secretaria Municipal de Educação.



CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3. CONCLUSÃO

Considerando os fundamentos legais, financeiros e orçamentários expostos acima e o debate do Processo, esta Relatoria resolve exarar este Parecer de forma favorável à aprovação deste Projeto de Lei.

É o Parecer,

S. M. J.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ, EM 07
DE JUNHO DE 2021.

José Ricardo Adamy da Rosa,
Vereador/Presidente.

Cleuton Antunes Rolim,
Vereador/Vice-Presidente.

Adalberto de Oliveira Noronha,
Vereador.

Paulo Roberto Fernandes Braga,
Vereador/Relator.

Ubiratan Machado Erthal,
Vereador.